

Corbucci, Paulo Roberto

Working Paper

Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil

Texto para Discussão, No. 1950

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Corbucci, Paulo Roberto (2014) : Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil, Texto para Discussão, No. 1950, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121649>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1950

TEXTO PARA DISCUSSÃO

EVOLUÇÃO DO ACESSO DE JOVENS À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Paulo Roberto Corbucci

1950

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Brasília, abril de 2014

EVOLUÇÃO DO ACESSO DE JOVENS À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Paulo Roberto Corbucci*

* Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete
Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: I21; I24.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 SOBRE AS CAUSAS DO ACESSO RESTRITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	8
3 EVOLUÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	11
4 BREVE COMPARAÇÃO INTERNACIONAL	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

SINOPSE

Este texto se propõe a analisar a evolução do acesso à educação superior na coorte de 18 a 24 anos, a qual é considerada adequada à frequência a este nível de ensino. Inicialmente, questiona-se a utilização desta faixa etária como referência para se mensurar o grau de acesso a este nível de ensino no Brasil. Em seguida, são analisados alguns fatores que estabelecem estreita relação com as taxas de frequência à educação superior. No intuito de comparar a situação do Brasil no contexto internacional, é realizada breve comparação com a evolução do acesso à educação superior no México. Por fim, são apresentadas algumas conclusões acerca das variáveis associadas às desigualdades de acesso retratadas ao longo do texto, assim como é apontado um dos principais limitantes para o alcance da meta de taxa de frequência líquida de 33% que consta no projeto de lei do Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional.

Palavras-chave: acesso e demanda potencial por educação superior; desigualdades socioeconômicas; desigualdades regionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of access to higher education in the cohort 18-24 years, which is considered the most adequate for this level of education. Initially, we question the use of this age group as a reference to measure the degree of access to this level of education in Brazil. Then, we analyze some factors that establish close relationship with attendance rates to higher education. In order to compare the situation of Brazil in the international context, a brief comparison is made with the evolution of access to higher education in Mexico. Finally, we present some conclusions about the variables associated with inequalities in access portrayed throughout the text, as well as pointing to one of the main limiting factors for the achievement of the target of net attendance rate of 33% set out in the bill of the National Plan of Education that is under discussion in National Congress.

Keywords: access and potential demand for higher education; socioeconomic inequalities; regional inequalities.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior no Brasil é notoriamente restrito, o que não tem sido objeto de discórdia entre os estudiosos da área. Em parte, isto pode ser explicado não só pelo passado escravocrata e pela implantação tardia de cursos superiores no país mas também pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação.

Em linhas gerais, o presente estudo analisa um conjunto de fatores que estabelece estreita relação com o acesso à educação superior. Não apenas com base em um olhar sistêmico da educação mas também sob o enfoque social acerca do segmento de jovens considerado adequado a frequentar este nível de ensino, buscou-se mostrar que as iniquidades de natureza sociorregional têm favorecido o surgimento de desempenhos desiguais no âmbito da educação básica e, em última instância, redundado em distintos níveis de acesso à educação superior.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar a evolução do acesso à educação superior entre jovens de 18 a 24 anos, no período entre 2000 e 2010. Para tanto, serão utilizados os recortes de renda, localização regional e etnia/cor. Nos dois primeiros casos, serão comparadas as populações desta faixa etária nos anos inicial e final do período analisado. Porém, em relação ao recorte étnico, optou-se por analisar apenas os dados referentes a 2010, tendo em vista que, ao longo desta década, houve significativa alteração quanto à autodeclaração acerca da cor e etnia, o que tende a enviesar a análise no referido período.

O presente texto subdivide-se em cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na segunda seção, faz-se breve revisão da literatura sobre as causas de o acesso à educação superior ainda ser restrito. Em seguida, na seção 3, analisa-se a evolução do acesso à educação superior segundo variáveis selecionadas. Uma breve comparação internacional é o objeto de análise da seção 4 e, a título de conclusão, são apresentadas algumas considerações finais na quinta seção.

2 SOBRE AS CAUSAS DO ACESSO RESTRITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Assim como se verifica em relação à educação básica, a implantação da educação superior no Brasil ocorreu de forma tardia, inclusive em relação à maioria dos países latino-americanos (Cunha, 1980). Enquanto as primeiras universidades da América remontam ao século XVI, a primeira universidade fundada no Brasil data do século XX. Certamente, este atraso em relação aos vizinhos americanos, aliado à longa duração da escravidão, constituem fatores que explicam em parte a posição de desvantagem do Brasil em relação àqueles países (Pinto, 2004).

Mesmo reconhecendo que esses legados históricos ainda exercem influência sobre os índices de acesso à educação superior no país, também há explicações relacionadas com as políticas educacionais instituídas nas últimas décadas. Nesse sentido, a adoção de um modelo de expansão assentado no setor privado é apontada por Pinto (2004) como sendo um dos fatores que têm mantido o país em desvantagem em relação aos vizinhos continentais. Segundo este autor, tal modelo ganhou corpo com a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540) e, posteriormente, voltou à tona com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 (Lei nº 9.394).

De acordo com Pinto, o modelo privatista de expansão da educação superior não é abrangente o suficiente, pois inibe o ingresso de afrodescendentes e pobres. De fato, quando se comparam as proporções destes dois grupos em instituições públicas e privadas, verifica-se que sua incidência é maior nas primeiras. No entanto, o estudo elaborado por este autor é anterior à implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), de modo que, nos últimos anos, tem crescido a proporção de afrodescendentes e de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino privadas.

Pinto também argumenta que a redução dos dispêndios do MEC com a educação superior, na segunda metade da década de 1990,¹ também teria contribuído para a menor expansão da oferta de vagas nas instituições federais de educação superior (Ifes). De fato, o crescimento das matrículas nas Ifes no período 1995-1999 foi de apenas 20%, enquanto no setor privado atingiu 45%.

1. De acordo com Corbucci (2000), as despesas de capital nas universidades federais tiveram retração de 82%, em valores nominais, no período 1995-1998.

O aumento da demanda e o acirramento da concorrência por vagas na educação superior pública podem ser parcialmente explicados pela ampliação do número de concluintes do ensino médio na década de 1990. De acordo com Catani e Hey (2007), o Estado se encontrava despreparado para atender a esse aumento da demanda, tendo assim optado por abrir espaço para a atuação do setor privado. Tal entendimento havia sido formulado por Corbucci (2004), quando diz ter havido “certa desregulamentação do setor, no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições”.

Apesar de o aumento da demanda por educação superior no Brasil estar relacionado com a ampliação da taxa de conclusão da educação básica, Catani e Hey (2007) afirmam que esta demanda foi apenas parcialmente atendida, devido à natureza predominantemente privada das vagas ofertadas, que pressupõe a existência de meios financeiros à altura das mensalidades cobradas. Mesmo diante da existência de programas tais como o Fies e ProUni, estes autores consideram que o modelo de expansão adotado seria insuficiente para incorporar os mais pobres.

Em alguma medida, esse entendimento é corroborado pelo fato de que o crescimento da oferta de vagas nas instituições de educação superior (IES) privadas foi acompanhado de aumento da proporção de vagas não preenchidas. Ainda que alguns autores, a exemplo de Castro (2006) e Schwartzman (2008), considerem esse crescimento da oferta como sendo fictício, pois se refere às vagas autorizadas e não àquelas efetivamente criadas,² é inequívoco que esse “crescimento virtual” tenha sido acompanhado de substancial aumento da quantidade de instituições de ensino.³

Os argumentos anteriormente apresentados referem-se ao que se poderia chamar de “porta de entrada” para o ingresso na educação superior. Entretanto, há outros fatores que antecedem este momento, entre os quais cita-se o processo excludente que perpassa a trajetória dos estudantes ao longo da educação básica, a qual é profundamente influenciada por suas condições socioeconômicas.

2. Seja para fins de reserva de mercado ou para protegerem-se de eventuais mudanças nas regras estabelecidas.

3. No período 1997-2002, houve aumento de 109% no número de instituições de ensino superior (IES) privadas, elevando-se de 689 para 1442 instituições de ensino.

Tendo em vista os propósitos deste estudo, tais condições não serão objeto de análise, mas, tão somente, os resultados deste processo, consubstanciados no efetivo contingente de demandantes de educação superior.

Sobre esse aspecto, cabe mencionar o estudo elaborado por Castro (2006), por meio do qual o autor utiliza o indicador *taxa de transição do ensino médio para o ensino superior*, a fim de mostrar que a proporção de ingressantes na educação superior em relação ao total de concluintes do ensino médio é bastante elevada, inclusive na comparação com países ricos.

Ao atualizar a série histórica contida no referido estudo, verifica-se que o número de ingressantes na educação superior superava, em 2012, o contingente de concluintes do ensino médio do ano anterior, o que indica que boa parte dos ingressantes havia concluído a educação básica antes de 2011. Trata-se de uma tendência identificada nos últimos anos, de pessoas com mais de 24 anos retomarem os estudos e, em particular, os cursos superiores. De acordo com dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação de pessoas com 25 anos ou mais entre aqueles que frequentavam educação superior aumentou cerca de 10 pontos percentuais (p.p.) no período 2000-2010, passando de 42% para 52% do total.

Além disso, verifica-se que o total de concluintes do ensino médio atingiu um patamar de estabilidade, tendo apresentado pequenas oscilações ao longo do período 2000-2012, diferentemente do que ocorreu em relação ao contingente de ingressantes na educação superior. Se, no primeiro caso, o aumento foi de apenas 2%, no outro atingiu 120%.

A estagnação observada em relação aos concluintes da educação básica está diretamente relacionada com a manutenção de baixas taxas de conclusão no ensino fundamental, decorrentes de elevadas taxas de reprovação e evasão neste nível de ensino. Deste modo, amplia-se a distorção idade-série e compromete-se a continuidade nos estudos de parcela significativa do alunado oriundo de famílias social e economicamente desfavorecidas.

Em face dessa breve discussão acerca das causas do restrito acesso à educação superior no Brasil, pode-se afirmar que as políticas e programas com foco no que aqui

foi denominado de porta de entrada têm seus limites no fato de não alterarem a trajetória escolar de parcela significativa das crianças e dos jovens brasileiros. Portanto, a aceleração do processo de incorporação dos jovens brasileiros na educação superior dependerá, em grande medida, da melhoria do fluxo escolar no ensino fundamental, de modo a assegurar sua conclusão na idade considerada adequada, a um contingente muito maior do que o atual.

3 EVOLUÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

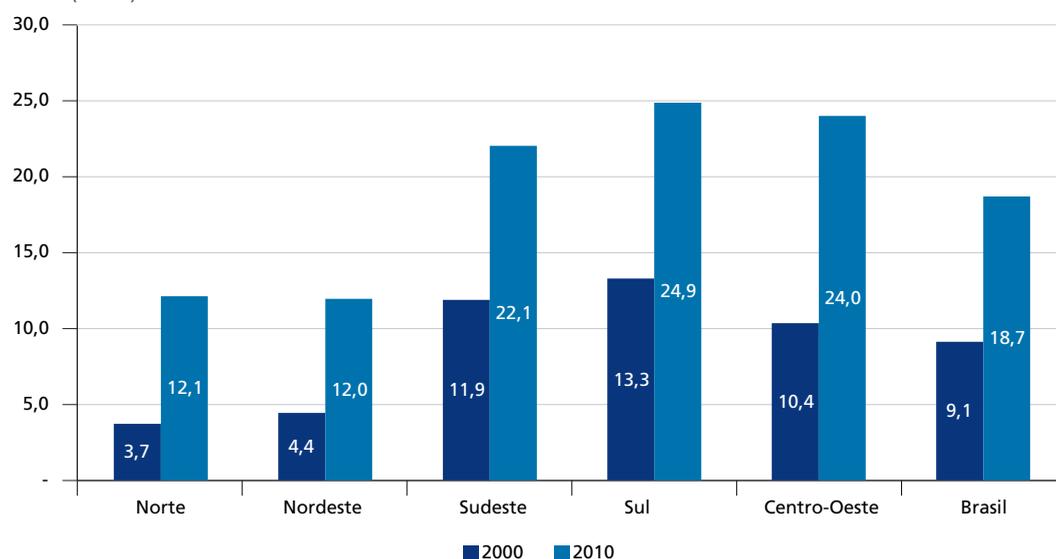
O acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos mais que dobrou no período 2000-2010. A proporção destes jovens que declararam ter tido acesso a este nível de ensino era de apenas 9,1% no ano inicial deste período, mas ao final atingia 18,7% do total. Por sua vez, a taxa de frequência líquida nesta faixa etária, que abrange apenas os que estavam regularmente matriculados, ampliou-se de 7,4% para 14% no mesmo período.

A diferença entre ambas as taxas correspondia às pessoas que tinham frequentado algum curso superior, com ou sem conclusão deste. Em 2010, este contingente era de 1,1 milhão de pessoas, sendo que 61% destas obtiveram o diploma de curso superior.

Se, por um lado, o primeiro indicador contempla de forma mais abrangente o acesso à educação superior, por outro, mostra que parcela significativa dos jovens chega a ingressar neste nível de ensino, mas, por razões diversas, não consegue lograr sua conclusão.

O gráfico 1 mostra que as regiões Norte e Nordeste, que detinham as menores taxas de acesso à educação superior no início do período sob análise, praticamente triplicaram seus índices ao final deste período. Trata-se de um resultado que segue uma tendência esperada, de o crescimento ser mais intenso entre aqueles que se encontram em situação de maior precariedade.

GRÁFICO 1
Taxas de acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos (2000 e 2010)
(Em %)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2000; 2010).
Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

Mesmo tendo crescido de forma mais intensa, as regiões Norte e Nordeste mantiveram-se em desvantagem quando comparadas às demais. Entretanto, deve-se ressaltar que houve redução das desigualdades regionais ao longo desse período. Se, no ano inicial, a menor taxa regional correspondia a apenas 28% do índice registrado no Sul, ao final do período, esta proporção havia sido ampliada para 48%.

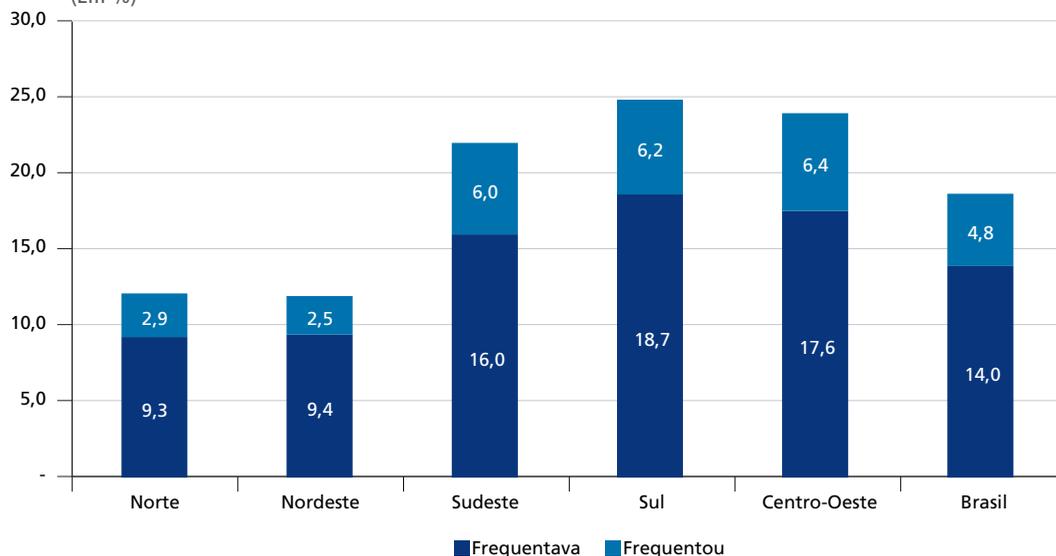
Outro fato que merece destaque foi o crescimento registrado no Centro-Oeste, que passou a ocupar a segunda posição entre as cinco macrorregiões, tanto em relação à taxa de acesso, quanto em termos da taxa de frequência líquida.

O gráfico 2 mostra a taxa de acesso à educação superior desagregada pelas proporções dos que frequentavam este nível de ensino em 2010 e daqueles que um dia chegaram a frequentá-lo. Entre estes, encontravam-se os que haviam concluído algum curso superior e aqueles que tinham evadido.

GRÁFICO 2

Proporção da população de 18 a 24 anos que frequentava/havia frequentado educação superior (2010)

(Em %)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

O acesso à educação superior também tem sido avaliado por intermédio de outro indicador. Trata-se da taxa de frequência bruta, que é obtida pela razão entre o total de matrículas neste nível de ensino e a população de 18 a 24 anos. De certo modo, a taxa de frequência bruta pode ser usada como um indicador de distorção idade-nível de ensino frequentado. Quanto maior for este índice em relação à taxa de frequência líquida, maior será a distorção. A tabela 1 apresenta as respectivas taxas de cada região, assim como o diferencial entre ambas.

TABELA 1

Taxas de frequência líquida e bruta na educação superior (2010)

(Em %)

Dimensão territorial	Taxa de frequência líquida (A)	Taxa de frequência bruta (B)	(B/A)
Norte	9,3	22,3	140,8
Nordeste	9,4	21,0	122,7
Sudeste	16,0	34,0	111,7
Sul	18,7	37,7	101,9
Centro-Oeste	17,6	37,0	110,5
Brasil	14,0	29,8	113,7

Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

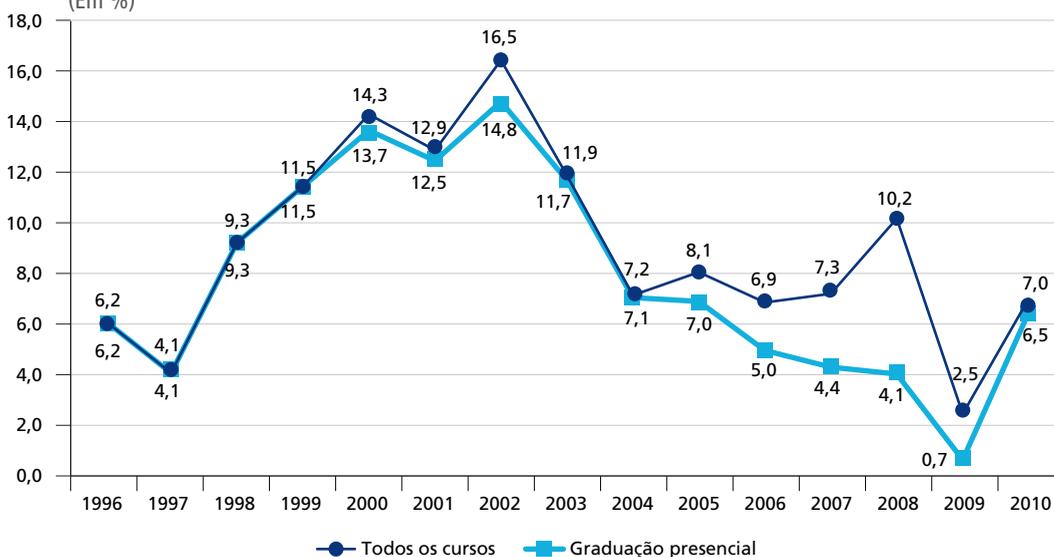
Os dados contidos na tabela 1 mostram que a distorção idade-nível de ensino frequentado era maior nas regiões Norte e Nordeste. Na primeira região, a taxa de frequência bruta chegava a ser 141% maior que a taxa de frequência líquida, enquanto que no Sul o índice era de apenas 102%. Portanto, havia uma proporção maior de pessoas com 25 anos ou mais que frequentavam educação superior no Norte e Nordeste, quando comparada à das demais regiões.

3.1 Evolução das matrículas

A expansão das matrículas em cursos de graduação presenciais foi bastante intensa entre 1998 e 2003, período no qual a taxa de crescimento anual nunca foi inferior a 9%. No entanto, a partir de 2004, houve certo arrefecimento, de modo que os incrementos anuais retornaram ao patamar do período anterior.

Em certa medida, a redução do crescimento das matrículas em cursos presenciais foi compensada pelo aumento expressivo na educação a distância (EAD). Esta modalidade de ensino respondia por apenas 0,06% das matrículas na educação superior em 1996, mas, em 2010, já representava 14,5% do total. O gráfico 3 mostra a evolução do crescimento das matrículas ao longo deste período, em cursos de graduação presencial e para todos os cursos (além dos primeiros, a modalidade a distância e os cursos sequenciais).

GRÁFICO 3
Taxas de crescimento das matrículas na educação superior (1996-2010)
(Em %)



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior (1996 a 2010) do INEP/MEC.
Elaboração: Disoc/ipea.

A manutenção da taxa de crescimento anual de no mínimo 7%, no período 2006-2008, foi devida ao incremento das matrículas na modalidade a distância e em cursos sequenciais. Ressalta-se que, no último ano deste subperíodo, 60% da taxa de crescimento foram devidos à EAD, elevando a 10% o incremento naquele ano, algo que não se observava desde 2003. Porém, em 2010, o aumento das matrículas nesta modalidade de ensino pouco contribuiu para alterar a taxa de crescimento na educação superior como um todo, o que talvez aponte para um possível esgotamento da capacidade de atração desta modalidade de ensino.

Sob a ótica regional, verifica-se que os maiores incrementos percentuais das matrículas na educação superior ocorreram nas regiões que detinham as menores taxas de frequência líquida neste nível de ensino: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No período 2000-2010, mais que triplicou o número de matrículas em cursos de graduação presenciais na região Norte, conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2
Matrículas em cursos de graduação presenciais nos setores público e privado (2000 e 2010)

	2000	2010	var. %
Norte	115.058	352.358	206,2
Público	71.412	152.469	113,5
Privado	43.646	199.889	358,0
Nordeste	413.709	1.052.161	154,3
Público	271.795	438.090	61,2
Privado	141.914	614.071	332,7
Sudeste	1.398.039	2.656.231	90,0
Público	304.691	493.881	62,1
Privado	1.093.348	2.162.350	97,8
Sul	542.435	893.130	64,7
Público	161.729	242.367	49,9
Privado	380.706	650.763	70,9
Centro-Oeste	225.004	495.240	120,1
Público	77.399	134.889	74,3
Privado	147.605	360.351	144,1
Brasil	2.694.245	5.449.120	102,3

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2000 e 2010) do INEP/MEC.
Elaboração: Disoc/pea.

Note-se que o crescimento mais acentuado nessas três regiões foi alavancado pelo setor privado. Por sua vez, no Sul e Sudeste, onde este setor já era amplamente majoritário,

a expansão foi menor. Cabe ainda destacar que, no início da década, o setor público liderava em número de matrículas nas regiões Norte e Nordeste, mas, a partir de 2005, as IES privadas assumem a liderança também nestas regiões. Em que pese ter havido tal inflexão, Norte e Nordeste ainda concentravam, em 2010, as maiores proporções de matrículas em instituições públicas, respectivamente 43,3% e 41,6% do total.

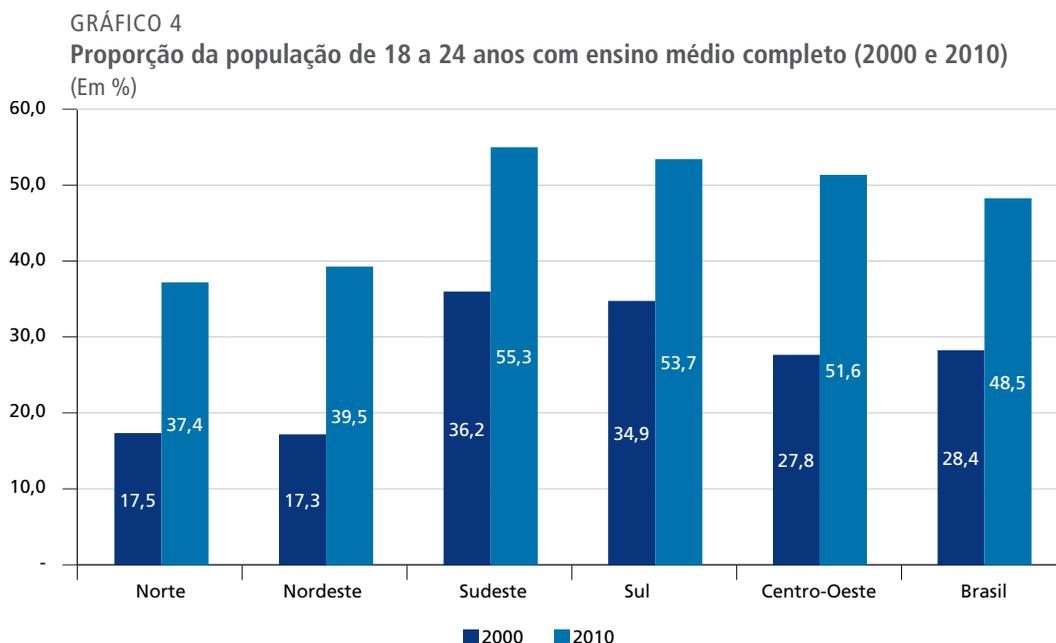
O crescimento mais acentuado das matrículas, ocorrido nas regiões supracitadas, contribuiu para reduzir a desigualdade existente em relação às demais, no que se refere à taxa de frequência líquida na educação superior. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período 2001-2011, caiu de 60% para 47% a diferença entre a maior e a menor taxa entre as cinco macrorregiões.

3.2 Demanda potencial e acesso à educação superior

Apesar de a educação superior ser considerada o nível de ensino adequado à faixa etária de 18 a 24 anos, constata-se que 52% desta coorte, em 2010, sequer haviam concluído o ensino médio. Portanto, estavam inabilitados para o ingresso na educação superior, pela simples falta do pré-requisito legal.

Esse dado evidencia que, em grande medida, o acesso à educação superior é condicionado pelo histórico escolar desses jovens. Em termos ideais, aos 18 anos de idade o aluno deveria ter completado o ensino médio, mas, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, apenas 32,8% dos jovens brasileiros desta idade haviam logrado este intento.

Ao reconhecer-se que o universo potencial de demandantes da educação superior é bem maior que a coorte de 18 anos, em razão de haver elevada distorção idade-série na educação básica, definiu-se a faixa etária de 18 a 24 anos como *proxy* da demanda potencial por aquele nível de ensino. Conforme pode ser observado no gráfico 4, ainda era pequena a proporção dos que estariam legalmente habilitados a ingressar na educação superior.



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2000; 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Em que pese ter havido aumento expressivo da proporção de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo no período 2000-2010, o índice alcançado no último ano analisado manteve-se distante do que seria desejável. Mesmo nas regiões mais ricas do país, a proporção é de pouco mais da metade deste universo populacional.

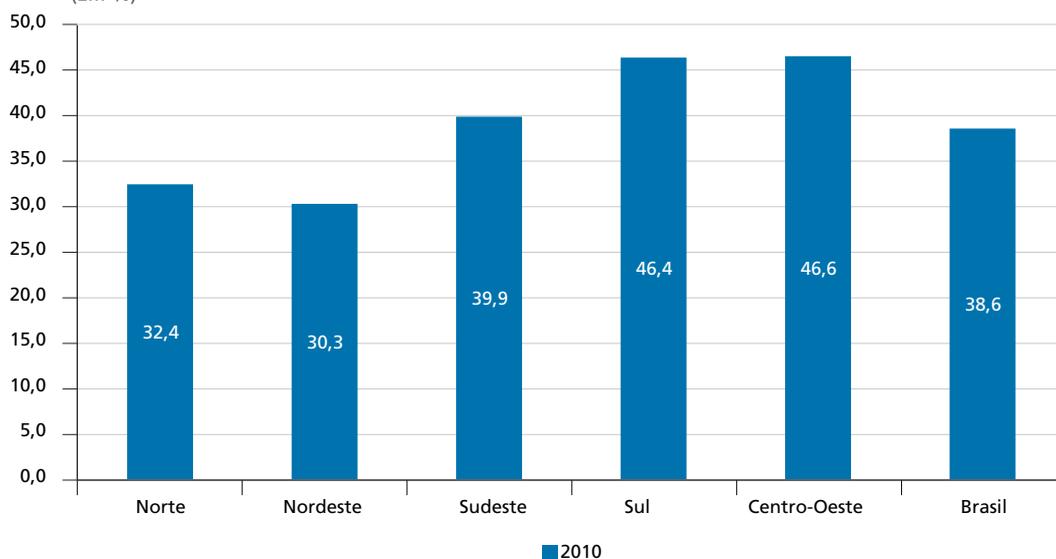
Ainda que não configure uma relação diretamente proporcional, verifica-se que as três regiões com as maiores taxas de acesso à educação superior são justamente aquelas onde mais de 50% da população de 18 a 24 anos tinham concluído o ensino médio. De modo inverso, Norte e Nordeste apresentavam os menores índices para ambos os indicadores.

Portanto, pode-se afirmar que, em grande medida, as menores taxas de acesso à educação superior registradas nas regiões setentrionais estão associadas ao baixo índice de conclusão do ensino médio. A título de comparação, a proporção de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo na região Norte correspondia a apenas 68% da taxa registrada no Sudeste.

A partir desses dois indicadores, pode-se obter um terceiro, que corresponde à razão de aproveitamento entre aqueles que estavam habilitados a ingressar na educação

superior e os que efetivamente ingressaram. Mais uma vez, as regiões mais ricas são as que tinham os maiores índices de aproveitamento, tal como é mostrado no gráfico 5.

GRÁFICO 5
Razão entre a proporção de jovens com ensino médio completo e a taxa de acesso à educação superior (2010)
(Em %)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Conforme pode ser observado no gráfico 5, o Centro-Oeste e o Sul são as regiões com maiores índices de aproveitamento entre o universo de jovens legalmente habilitados e que conseguiram ingressar na educação superior. Cabe destacar que, neste caso, a desigualdade inter-regional chega a 54%. Ou seja, considerando-se apenas a variável regional, os jovens do Nordeste com ensino médio completo apresentam desvantagem de 54% em relação aos jovens residentes no Centro-Oeste.

3.3 O acesso à educação superior segundo a renda

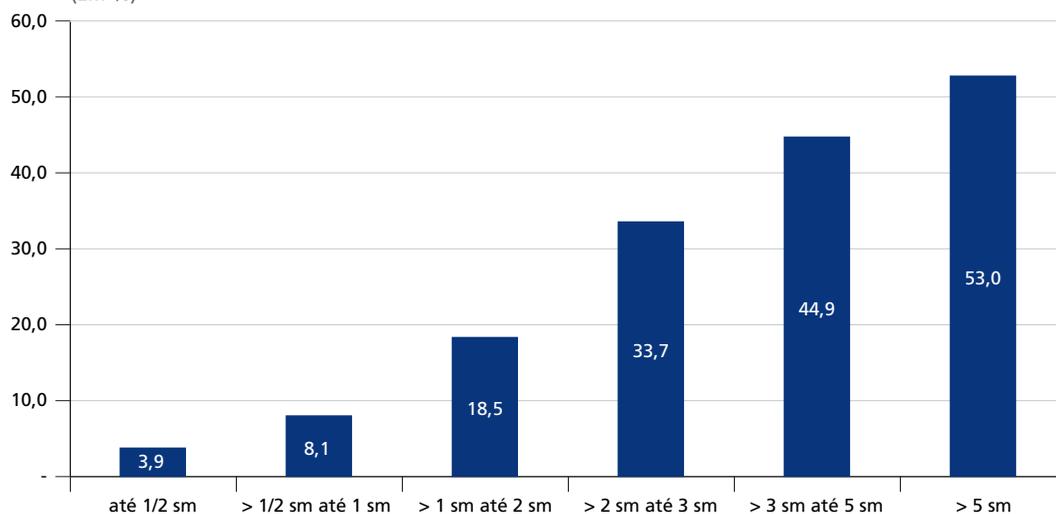
As condições socioeconômicas, em particular a renda, têm sido apontadas como fator de alta correlação com o desempenho educacional dos estudantes.⁴ No caso do acesso à educação superior que, via de regra, ocorre com o advento da maioridade, a necessidade

4. Ver trabalho recente que integra a publicação *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas - 2013*.

de gerar renda e ingressar no mercado de trabalho pode constituir empecilho à continuidade nos estudos. Assim como foi mencionado, tal situação é agravada pelo fato de que parcela significativa dos jovens brasileiros não consegue concluir o ensino médio na idade adequada, o que dificulta ainda mais a continuidade nos estudos mediante ingresso na educação superior.

Quando se considera a renda domiciliar *per capita*, verifica-se que 61,7% dos jovens de 18 a 24 anos tinham rendimentos de até um salário mínimo (SM) e apenas 14,5% auferiam mais de dois SMs. As diferenças entre estas proporções são ampliadas quando se desagrega esta coorte pelas cinco macrorregiões. Enquanto na região Sul havia 43,4% deste subgrupo de jovens com renda domiciliar *per capita* de até um SM, no Nordeste a proporção chegava a 81,7% do total. O gráfico 6 mostra a inequívoca associação entre renda e frequência à educação superior no segmento de jovens de 18 a 24 anos.

GRÁFICO 6
Taxa de frequência líquida na educação superior, segundo as faixas de renda domiciliar *per capita* (2010)
(Em %)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

O que se depreende a partir da análise dos dados apresentados no gráfico 6 é que, para os jovens de 18 a 24 anos com renda superior a dois SMs, o acesso à educação superior é equivalente ao da maioria de países integrantes da OCDE.⁵

5. Ver *Education at a glance 2012* (OCDE, 2012).

Caso a distribuição da população por faixas de renda fosse mais equilibrada, é provável que a taxa de frequência líquida na educação superior atingisse patamar mais elevado. No entanto, não é o que ocorre na sociedade brasileira, em que 85% dos jovens de 18 a 24 anos tinham renda domiciliar *per capita* de até dois SMs. Portanto, apenas 15% deste universo tinham acesso à educação superior em padrão semelhante ao da média dos países da OCDE.

A desagregação da taxa de frequência líquida por macrorregiões, segundo faixas de renda, mostra que não há diferenças significativas entre estas, exceto em relação à população com renda domiciliar *per capita* de até meio SM. Neste caso, observa-se que os jovens pertencentes a este estrato de renda, residentes no Norte e Nordeste, encontravam-se em desvantagem, se comparados aos congêneres das demais regiões, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3
Taxa de frequência líquida à educação superior por faixas de renda (2010)
(Em %)

Faixas de renda	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
até 1/2 sm	2,9	2,9	5,1	6,8	6,1
> 1/2 sm até 1 sm	7,9	8,7	7,5	8,5	8,9
> 1 sm até 2 sm	18,1	22,0	17,4	18,5	19,2
> 2 sm até 3 sm	31,2	38,8	32,6	33,9	34,2
> 3 sm até 5 sm	39,4	47,5	44,4	46,0	44,8
> 5 sm	44,6	52,6	53,6	54,3	52,7

Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/ipea.

Cabe ainda mencionar que as taxas de frequência na região Norte, nas faixas de mais de dois SMs, também são inferiores às das demais regiões. Uma possível explicação para este fato pode ser atribuída à menor oferta de cursos e vagas nas cidades interiores daquela região, que concentravam 69% da população de 18 a 24 anos e detinham apenas 46% dos cursos de graduação presenciais e 26% das vagas por estes ofertadas. Além disso, deve-se ter em consideração que as grandes distâncias e a precariedade dos meios de transporte também podem exercer alguma influência sobre este indicador.

3.4 O acesso à educação superior segundo a cor/etnia

O acesso à educação superior, segundo a variável étnica, também evidencia profundas desigualdades entre os jovens brasileiros. O hiato existente entre brancos, de um lado, e pretos/pardos, de outro, pode ser constatado pelos dados da tabela 4.

TABELA 4
Taxas de frequência à educação superior da população de 18 a 24 anos,
segundo a cor/etnia (2010)
(Em %)

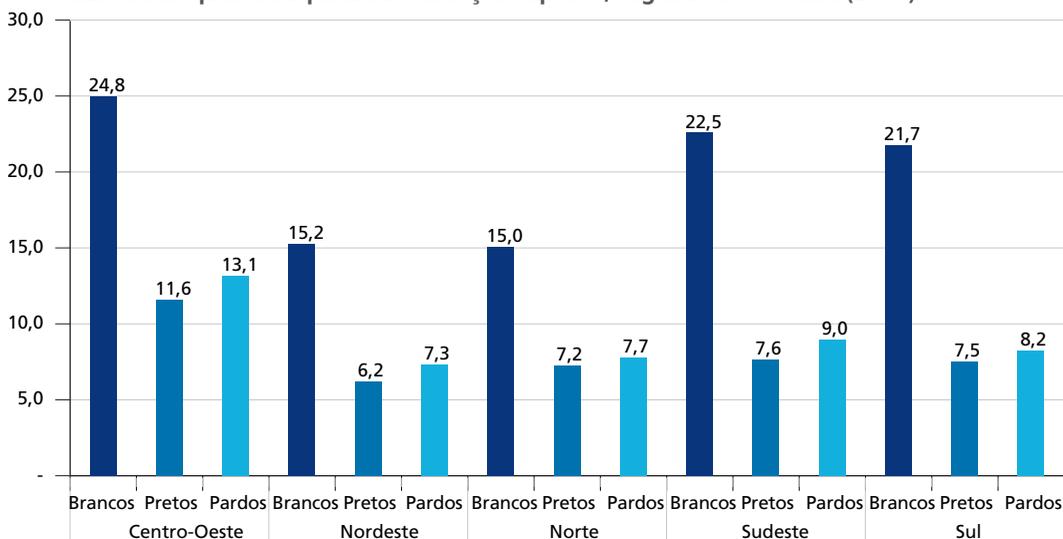
	a) Branca	b) Preta	c) Parda	b/a	c/a
Taxa de frequência líquida	20,8	7,3	8,4	35,3	40,7
Taxa de frequência progressiva	7,4	2,6	2,6	35,5	35,7
Taxa de acesso à educação superior	28,1	9,9	11,1	35,4	39,4

Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Conforme mostra a tabela 4, jovens pardos e pretos têm desvantagem de 60% a 65% em relação a brancos, no que concerne ao acesso à educação superior, considerando-se para tanto os que frequentavam e aqueles que tiveram acesso a este nível de ensino.

Entretanto, as diferenças entre as taxas de frequência dos três grupos étnicos em tela variam em função da região em que residem, sendo que as maiores disparidades são encontradas nas regiões Sul e Sudeste. De modo contrário, Centro-Oeste e Norte respondem pelas menores diferenças nas taxas de frequência à educação superior, tal como é mostrado no gráfico 7.

GRÁFICO 7
(Em %)
Taxa de frequência líquida na educação superior, segundo a cor/etnia (2010)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Pela análise do gráfico 7, pode-se concluir que a situação de pretos e pardos difere significativamente em função da região em que residem. O Centro-Oeste se destaca como sendo a região com menor diferença entre estes e os brancos. Em um aparente paradoxo, encontram-se em situação mais desvantajosa os pretos e pardos residentes nas regiões mais ricas do país. A tabela 5 apresenta a razão entre as taxas de frequência à educação superior entre os referidos grupos étnicos em cada região, assim como entre pretos/pardos do Centro-Oeste em relação a brancos das demais regiões.

TABELA 5
Proporção das taxas de frequência líquida na educação superior de pretos/pardos em relação à de brancos (2010)
 (Em %)

Razão	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos
Entre pretos/pardos e brancos	47,9	51,4	40,7	48,0	33,9	39,8	34,5	37,8	46,5	52,7
Entre pretos/pardos do Centro-Oeste e brancos das demais regiões	76,9	87,1	76,0	86,1	51,4	58,3	53,3	60,4		

Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
 Elaboração: Disoc/pea.

Apesar de as taxas de frequência na educação superior dos três grupos étnicos serem bastante desiguais, verifica-se que há redução das diferenças quando se compara a situação de pretos/pardos residentes no Centro-Oeste com a de brancos das demais regiões. Constata-se, deste modo, que a taxa de frequência líquida de pardos da região Centro-Oeste equivale a 87% da taxa registrada pelos brancos da região Norte.

As desigualdades relativas à apropriação da renda também são bastante pronunciadas quando se desagrega a população segundo a variável etnia/cor. A proporção de brancos com renda domiciliar *per capita* de até 1 SM era bastante inferior à de pretos e pardos. Enquanto os primeiros somavam 48%, estes últimos atingiam, respectivamente, 72% e 73% do total. Também eram muito desiguais as proporções de jovens com renda acima de 2 SMs, entre os grupos étnicos selecionados. Entre brancos, a proporção era de cerca de 23%, mas entre pretos/pardos sequer chegava a 8% do total.

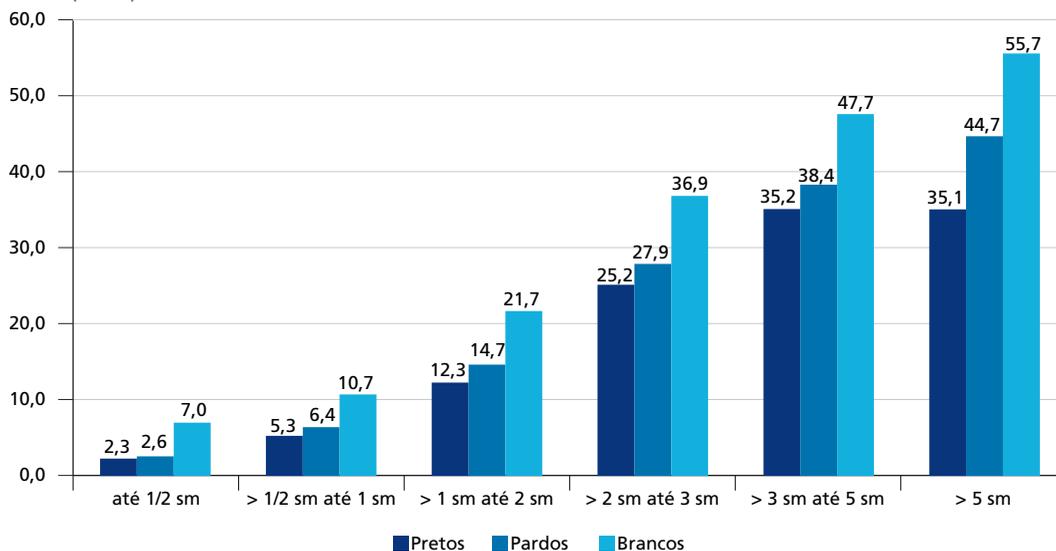
Também é bastante desigual o acesso à educação superior de cada grupo étnico, quando desagregado por faixas de renda. Conforme pode ser observado no gráfico 8,

entre a primeira e a última faixa, a diferença chega a dezessete vezes entre pardos e a oito vezes entre brancos. Porém, situação de extrema desigualdade de acesso à educação superior fica evidenciada quando se comparam as taxas de frequência de pretos com renda *per capita* de até 0,5 SM e de brancos com renda maior que 5 SMs. Neste caso, a diferença entre ambos amplia-se para 25 vezes.

GRÁFICO 8

Taxa de frequência líquida na educação, segundo a cor/etnia e faixa de renda (2010)

(Em %)



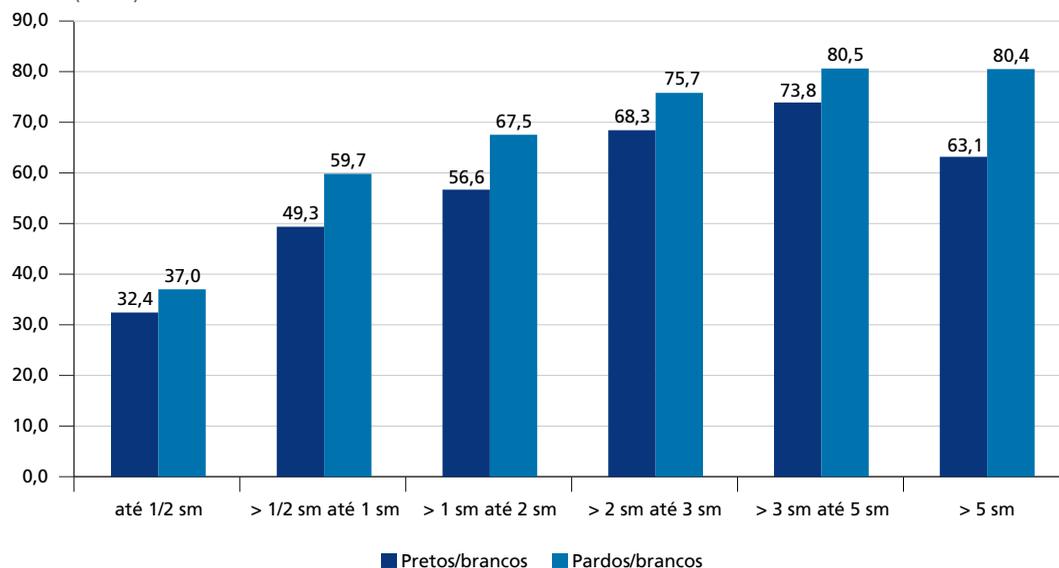
Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

À medida que cresce a renda domiciliar *per capita*, amplia-se a razão entre as taxas de frequência líquida na educação superior de pretos e pardos em relação à de brancos. Em que pese a ocorrência de tal aproximação, ainda assim se verifica que os pardos integrantes das duas faixas de renda mais elevadas encontravam-se em desvantagem da ordem de 20% em relação aos brancos pertencentes aos mesmos estratos de rendimentos, tal como é mostrado no gráfico 9.

GRÁFICO 9

Proporção das taxas de frequência líquida na educação superior de pretos e pardos em relação à de brancos (2010)

(Em %)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

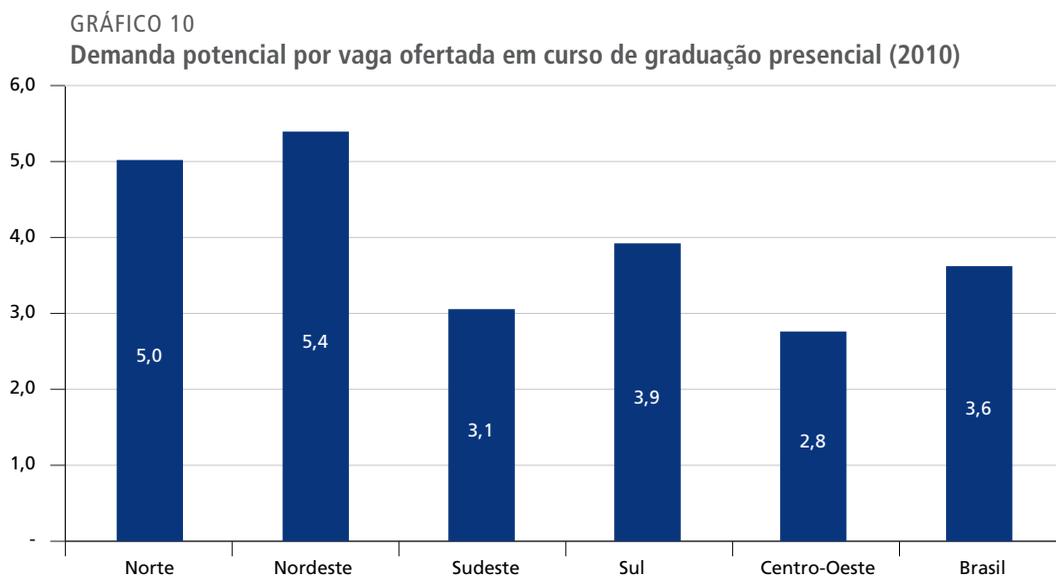
Por sua vez, a desvantagem de pretos em relação a brancos é ainda maior, variando de 67% no primeiro estrato de renda até 26% entre aqueles com renda domiciliar *per capita* maior que 3 SMs até o limite de 5 SMs.

3.5 Demanda potencial e vagas ofertadas na educação superior

Apesar de a oferta de vagas na educação superior ter sido significativamente ampliada durante o período 2000-2010, ao ser desagregada pelas macrorregiões e, no interior destas, por capitais e cidades do interior, constata-se que as oportunidades de acesso a este nível de ensino ainda são bastante desiguais.

A primeira evidência que respalda tal afirmação refere-se à relação entre demanda potencial e ofertas de vagas. Tal como foi mencionado, considerou-se o contingente de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio como *proxy* da demanda potencial por educação superior. Ainda que se reconheça o fato de que, em um contexto no qual predomina a oferta privada, a insuficiência de renda pode constituir fator limitante do acesso a este nível de ensino, parte-se da premissa de que todo jovem que tivesse concluído o ensino médio seria um potencial demandante.

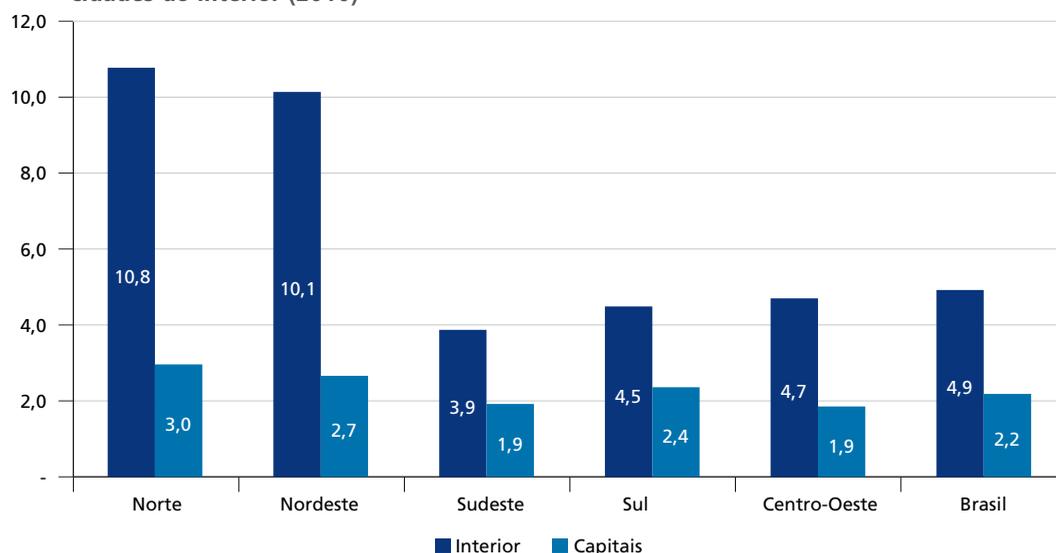
Nesse sentido, o gráfico 10 apresenta a razão entre o contingente de jovens de 18 a 24 anos portadores de diploma do ensino médio e o total de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais.



Fontes: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010); Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Conforme se observa no gráfico 10, as regiões Norte e Nordeste se encontravam em evidente desvantagem em relação às demais. A quantidade de demandantes potenciais por vaga ofertada no Nordeste era praticamente o dobro da existente no Centro-Oeste. Esta desigualdade é ampliada quando se comparam cidades do interior e capitais, conforme é apresentado no gráfico 11.

GRÁFICO 11
 Demanda potencial por vaga ofertada em curso de graduação presencial em capitais e cidades do interior (2010)



Fontes: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010); Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2010).
 Elaboração: Disoc/lpea.

Nas cidades interioranas do Norte e Nordeste, havia mais de dez demandantes potenciais por vaga ofertada, mas, na região Sudeste, o índice se reduzia para quatro e não chegava a cinco nas outras duas regiões.

Considerando-se que a oferta deste nível de ensino é predominantemente privada, parece razoável supor que a renda da população estaria diretamente relacionada com a implantação de cursos e a consequente oferta de vagas em determinadas cidades e regiões.

No início do período sob análise, as regiões brasileiras que apresentavam menor renda *per capita* eram justamente aquelas com menor quantidade de vagas ofertadas pelo setor privado. Conforme se observa na tabela 6, as vagas oferecidas pelas IES públicas, em 2000, correspondiam a 53% do total na região Norte, enquanto, no Nordeste representavam pouco menos da metade. De outro modo, o setor privado ofertava maior quantidade de vagas, em números absolutos e relativos, no Sul e Sudeste.

TABELA 6
Participação dos setores público e privado na oferta de vagas da educação superior (2000 e 2010)
(Em %)

Dimensão territorial	2000		2010	
	Público	Privado	Público	Privado
Norte	53,0	47,0	24,0	76,0
Nordeste	48,6	51,4	25,6	74,4
Sudeste	11,8	88,2	8,9	91,1
Sul	19,9	80,1	17,9	82,1
Centro-Oeste	24,0	76,0	15,2	84,8
Brasil	20,2	79,8	14,3	85,7

Fonte: Sínteses Estatísticas da Educação Superior (INEP, 2000; 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Transcorridos dez anos, o setor privado também se tornou hegemônico nas regiões Norte e Nordeste, de modo a responder por cerca de três quartos das vagas ofertadas nestas regiões. Nas demais regiões, também foi observado aumento da participação na oferta de vagas, atingindo 91% do total no Sudeste.

Uma das possíveis causas do aumento da participação do setor privado, especialmente no Norte e Nordeste, pode ser atribuída ao advento do ProUni e às mudanças das regras e taxas de juros dos contratos de financiamento junto ao Fies, ocorridas ao longo do período sob análise.

Mesmo tendo havido aumento significativo da participação do setor privado na oferta de vagas nas regiões Norte e Nordeste, quando se desagregam estes dados por capitais e cidades do interior, verifica-se que estas ainda se encontram em situação de desvantagem em relação às primeiras, o que pode ser atribuído à reduzida oferta de vagas do setor privado nessas duas regiões, tal como mostra a tabela 7.

TABELA 7
Proporção de vagas ofertadas pelas IES públicas e privadas, em capitais e cidades do interior (2000 e 2010)
(Em %)

Dimensão territorial	2000				2010			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Norte	67,0	33,0	81,7	18,3	54,4	45,6	79,6	20,4
Nordeste	50,2	49,8	82,1	17,9	43,6	56,4	70,1	29,9
Sudeste	34,2	65,8	47,0	53,0	26,6	73,4	43,1	56,9

(Continua)

(Continuação)

Dimensão territorial	2000				2010			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Sul	33,7	66,3	24,9	75,1	24,5	75,5	26,5	73,5
Centro-Oeste	38,9	61,1	75,9	24,1	37,8	62,2	73,5	26,5
Brasil	42,6	57,4	48,9	51,1	34,8	65,2	49,5	50,5

Fonte: Sínteses Estatísticas da Educação Superior (INEP, 2000; 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

A análise da tabela 7 permite concluir que cresceu a participação das cidades do interior na oferta de vagas das IES públicas. De modo contrário, houve leve redução no âmbito do setor privado. Apenas na região Nordeste foi registrado aumento significativo em favor das cidades do interior.

Para efeito de verificação da adequação entre oferta e demanda, a tabela 8 apresenta a distribuição proporcional da coorte de 18 a 24 anos que concluiu o ensino médio, bem como a proporção das vagas ofertadas pelas redes públicas e privada, nas capitais e nos demais municípios.

TABELA 8
Proporção da população de 18 a 24 anos com ensino médio e distribuição das vagas ofertadas pelas IES públicas e privadas, por capitais e cidades do interior (2010)
(Em %)

Dimensão territorial	População de 18 a 24 anos com ensino médio		Vagas ofertadas pelas IES públicas		Vagas ofertadas pelas IES privadas	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Norte	43,4	56,6	54,4	45,6	79,6	20,4
Nordeste	31,2	68,8	43,6	56,4	70,1	29,9
Sudeste	26,2	73,8	26,6	73,4	43,1	56,9
Sul	15,7	84,3	24,5	75,5	26,5	73,5
Centro-Oeste	45,7	54,3	37,8	62,2	73,5	26,5
Brasil	28,6	71,4	34,8	65,2	49,5	50,5

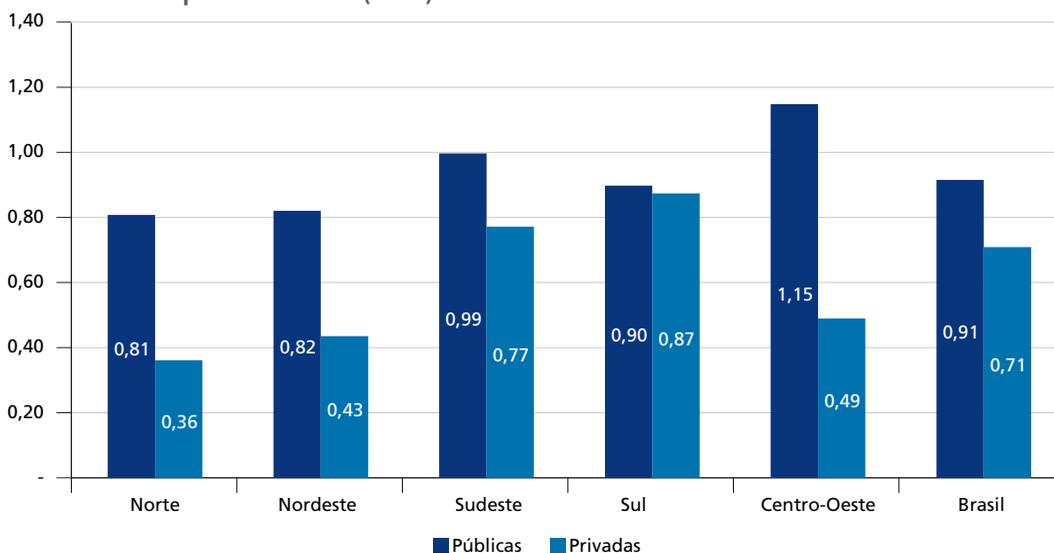
Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010); Síntese Estatística da Educação Superior (INEP, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Os dados contidos na tabela 8 evidenciam que a proporção de jovens com ensino médio completo, residentes em municípios do interior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é significativamente maior que a proporção de vagas disponibilizadas pelo setor privado. Mesmo quando se toma o país como um todo, verifica-se que a proporção das vagas ofertadas pelo setor privado nestes municípios é inferior ao que foi aqui denominado de demanda potencial por educação superior.

Em contrapartida, a distribuição das vagas ofertadas pelas IES públicas, entre capitais e demais municípios, aproxima-se das proporções de jovens de 18 a 24 anos residentes nestas áreas. Em situação privilegiada, encontram-se os jovens residentes nos municípios do interior da região Centro-Oeste, que concentram 54% do total de portadores de diploma do ensino médio e recebem 62% das vagas ofertadas por estas instituições de ensino.

A partir desses dois indicadores – proporção da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo e proporção de vagas ofertadas nas cidades do interior –, pode-se estabelecer um índice de adequação entre oferta e demanda por educação superior, o qual é mostrado no gráfico 12.

GRÁFICO 12
Índice de adequação da oferta em relação à demanda potencial por educação superior em municípios do interior (2010)



Fonte: microdados do censo demográfico (IBGE, 2010); Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2010).
Elaboração: Disoc/lpea.

Conforme se observa no gráfico 12, as IES privadas registravam índice de adequação inferior ao das IES públicas, em todas as macrorregiões, sendo que o maior diferencial entre ambas encontrava-se no Centro-Oeste. Nesta região, a oferta de vagas pelas IES públicas superava, em termos proporcionais, a demanda potencial por educação superior em cidades do interior.

4 BREVE COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Apesar dos avanços obtidos em termos de ampliação do acesso à educação superior no período 2000-2010, o Brasil ainda se encontra distante do patamar médio alcançado pelos países ricos (OCDE, 2012). Quando se tem por referência a América Latina, verifica-se que o atraso brasileiro, que tem raízes históricas, vem sendo reduzido.

Para efeito de comparação com os países da região, considera-se que a melhor referência para avaliar a evolução da situação brasileira seria o México, pois se trata de um país de grande dimensão populacional e com indicadores sociais semelhantes aos do Brasil. Outros países, tais como Argentina, Chile e Uruguai, de menor porte e com histórico educacional associado a um padrão de colonização distinto daquele encontrado nas áreas tropicais das Américas, não seriam referências adequadas à comparação com o Brasil e tampouco com o México.

No México, utiliza-se a taxa de matrículas bruta (TMB) como indicador de acesso à educação superior, que é obtida pela razão entre o total de matrículas e a população de 19 a 23 anos. Desse modo, a TMB na educação superior mexicana correspondia a 30,9% no biênio 2010/2011.⁶ No caso brasileiro, a taxa de frequência bruta (TFB) seria o indicador que mais se aproxima da TMB mexicana, mas aqui é calculada em relação à coorte de 18 a 24 anos e utiliza como numerador o total de pessoas que frequentam a educação superior, cujos dados provêm de uma única fonte, seja ela a PNAD, nos anos em que não é realizado o censo demográfico, ou o próprio censo. Assim sendo, a TFB no Brasil, em 2010, correspondia a 29,8%. No caso de ser calculada a TMB mexicana com os dados brasileiros, o índice de acesso à educação superior seria de 32%, considerando-se apenas os cursos de graduação presenciais. Ao serem incluídos os cursos a distância, a TMB brasileira atingiria 37,5%.

Portanto, a partir da comparação desses indicadores de acesso à educação superior, pode-se afirmar que o Brasil teria avançado em ritmo mais acelerado que o México, ao longo da última década, tendo em vista que em 2000 este país apresentava taxa de matrícula bruta de 20,8%, enquanto no Brasil a TMB correspondia a 16,3%.⁷

6. Ver Tuirán (2012).

7. Para uma visão ampla desta evolução em relação à América Latina, ver IESALC (2006).

Essa evolução resulta de um conjunto de ações voltadas a ampliar o ingresso daqueles que lograram a conclusão da escolaridade básica, mais precisamente o Fies e o ProUni, assim como foi potencializada pela expressiva expansão do ensino médio ao longo dos anos de 1990, quando, então, a taxa média anual de crescimento das matrículas foi de 9,5%.⁸

Em relação à natureza da oferta (pública ou privada), verifica-se que o Brasil se encontra em situação distinta da verificada na maioria dos países latino-americanos. De acordo com o relatório do Instituto Internacional da UNESCO⁹ para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC, 2006), a participação do setor estatal no continente correspondia a 53% das matrículas, ao passo que no Brasil era de apenas 29% do total. Entre os dezenove países analisados, o Brasil figurava como o que tinha a menor proporção de matrículas em IES públicas.

Em que pese a baixa participação do setor estatal na oferta de vagas, foi possível ao país ampliar significativamente o acesso à educação superior pela via privada, mediante a concessão de subsídios, tais como a renúncia fiscal por meio do ProUni e os juros subsidiados do Fies.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se em conta as características peculiares do sistema educacional brasileiro, em especial aquelas que se referem ao fluxo escolar na educação básica, entende-se que a taxa de frequência líquida na educação superior, adotada internacionalmente, não seria o indicador mais apropriado para mensurar o acesso à educação superior, uma vez que não incorpora aqueles que em algum momento frequentaram este nível de ensino – havendo concluído ou não –, bem como os que frequentam e que o fazem em idade acima da faixa etária considerada adequada.

Apesar de ter sido bastante tardia a implantação de cursos superiores no Brasil, inclusive em comparação com a maioria dos países latino-americanos, a expansão

8. Entre 1991 e 1999, o crescimento das matrículas no ensino médio regular foi de 106%, enquanto que em idêntico período subsequente houve aumento de apenas 8%.

9. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

verificada nas duas últimas décadas fez o país avançar mais rapidamente que boa parte de seus vizinhos. Essa expansão mais vigorosa ocorrida no Brasil está relacionada à maior desenvoltura do setor privado, haja vista que sua participação no total de matrículas ampliou-se de 58%, em 1994, para 75% em 2008. Mas, com a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, houve ligeira inflexão na tendência decrescente da participação das IES públicas no total de matrículas, de modo que, em 2010, já atingia 27% do total.

Tal como foi mencionado, parte significativa do contingente de matrículas passou a ser na modalidade a distância. No último ano do período analisado, esta modalidade de ensino já respondia por cerca de 15% do total, o que configura situação bastante distinta daquela encontrada no início da década, quando as matrículas nesta modalidade representavam menos de 0,1% do total. É possível que, na ausência desta modalidade de ensino, a expansão da educação superior brasileira no período 2005-2009 tivesse sido bem menos expressiva.

Os resultados deste estudo também sugerem a existência de um certo represamento da demanda nas cidades do interior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo em vista que a proporção de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo é maior que a de vagas ofertadas nestas regiões. Este fato aponta para a necessidade de ampliar a oferta nestas cidades, não só como forma de equalizar as oportunidades de acesso aos jovens aí residentes mas também como forma de evitar sua migração para as capitais.

Por fim, pode-se afirmar que a ampliação do acesso à educação superior no Brasil, no sentido de transformá-la em um sistema de massas tal como define Trow (2000) e, assim atingir a meta de taxa de frequência líquida de 33% que integra o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, dependerá em larga medida da melhoria do fluxo da educação básica, de modo a assegurar que uma proporção substancialmente maior de jovens brasileiros conclua este nível de ensino. Portanto, vai além da ampliação da oferta de vagas e da concessão de subsídios e bolsas de estudos àqueles que conseguiriam transpor os diversos obstáculos interpostos na trajetória escolar e social da maioria dos jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS

CASTRO, C. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. *In: Brasil: o estado de uma nação*, 2006. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CATANI, A.; HEY, A. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. *Atos de pesquisa em educação*, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

CORBUCCI, P. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educação & sociedade*, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

_____. *As universidades federais: gastos, desempenho, eficiência e produtividade*. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 752).

CUNHA, L. A. *A universidade temporária: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Microdados do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Microdados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

IESALC – INSTITUTO INTERNACIONAL DA UNESCO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Informe sobre la educación superior em América Latina y El Caribe – 2000-2005: la metamorfosis de la educación superior*. Caracas: IESALC, 2006.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior, 2000*. Brasília, 2000.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Superior, 2010*. Brasília, 2010.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Education at a glance 2012: OECD indicators*. OECD Publishing, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-en>>.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SCHWARTZMAN, S. A questão da inclusão social na universidade brasileira. *In: PEIXOTO, M.; ARANHA, A. (Orgs.). Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 23-43.

TROW, M. *From mass higher education to universal access: the American advantage*. Berkeley: University of California, 2000. Disponível em: <<http://ishi.lib.berkeley.edu/cshe/>>.

TUIRÁN, R. La educación superior en México 2006-2012: un balance inicial. *Campus Milenio*, Ciudad de México: Campus, 2012.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laetícia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Seixas Arreguy (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Wanessa Ros Vasconcelos (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

